



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

FORMAÇÃO DOCENTE, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO INCLUSIVO DE EDUCANDOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Silvana Matos da Silva ¹

Diandra Teisi Silva Gomes ²

Geane Maria Rebouças Monteiro ³

Francisca Helena Rocha de Gois Maciel ⁴

Cristiana Costa Leite ⁵

Wenia Soares de Alencar Almeida ⁶

RESUMO

O presente artigo buscou investigar os principais fundamentos da literatura pertinentes a formação continuada dos professores no contexto inclusivo de educandos com autismo. Logo, o estudo propõe-se a responder ao seguinte questionamento: Quais encadeamentos os docentes podem promover uma educação que atendam às necessidades educativas assegurando, avanço no aprender? Para tanto, foi adotada uma abordagem exploratória qualitativa, fundamentada em revisão integrativa da literatura. O objetivo deste estudo foi investigar a formação docente com práticas pedagógicas no contexto inclusivo de educandos com TEA. Diante desse quadro, foi realizada uma Pesquisa de Revisão Sistemática de Literatura. Para a concretude deste estudo, a pesquisa analisou produções científicas publicadas, entre 2017 e 2024, nos sites: Periódicos Capes e Scielo. Examinamos documentos oficiais do ensino regular público, formação docente, práticas pedagógicas dos professores especializados em educação especial. O período de coleta dos dados ocorreu em junho e julho de 2024. Deste modo, conclui-se que a abordagem pertinente a formação docente coligadas as práticas pedagógicas para atender educandos com TEA é tema contemporâneo transversais estabelece um aparato para a discussão de temas que permeiam a inclusão escolar.

Palavras-chaves: TEA. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Formação docente.

¹ E-mail: silvanamatos31@hotmail.com

² E-mail: diandrateize@hotmail.com

³ E-mail: geanereboucas2021@gmail.com

⁴ E-mail: franciscamacielfrof@escolas.caucaia.ce.gov

⁵ E-mail: crislua2008@gmail.com

⁶ E-mail: wenia.alencar21@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado do autor principal, traz como campo de pesquisa a formação docente para incluir alunos com TEA no âmbito escolar, temática pertinente no debate sobre a Educação Inclusiva, que vem ganhado evidência social, promovido por eventos e políticas internacionais.

Dados pertinentes aos educandos com idades de 4 a 17 anos, público alvo da educação especial, houve um acréscimo significativo no percentual de matrículas de educandos compreendidos em classes comuns: na década de 2010 esse na década de 2019 esse algarismo estabeleceu 92,8% (INEP, 2020).

Enfatiza-se que estão inseridos na educação especial os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em meio a esses sujeitos, compõem-se os educandos que demonstram o transtorno do espectro autista (TEA), nesse viés, buscou-se investigar a formação continuada dos docentes com práticas pedagógicas no contexto inclusivo de educandos com autismo.

Assim, esse estudo propõe-se a responder ao seguinte questionamento: Quais estratégias podem ser trabalhadas em contexto de formação de professores que

fomentem práticas pedagógicas e colaborem com a implementação de práticas inclusivas, assegurando, assim, o avanço e a permanência das crianças na escola?

Nessa linha de pensamento, esse estudo justifica-se pela importância social da temática no âmbito educacional, por buscar possibilidade de um modelo inclusivo que busque a qualidade de vida dos educandos autistas, uma educação mais justa e igualitária. Pautada no desejo de que os resultados alcançados assegurem que se possa propor posteriores avaliações, podendo assim, esse estudo auxiliar porvindouras reflexões sobre o escopo do elemento em estudo e subsidiar outras análises essenciais à inclusão.

Sob essa concepção, a pesquisa visa contribuir novos caminhos para a justiça e a igualdade social desses sujeitos teve como objetivo: analisar as principais produções científicas de artigos científicos, de dissertações de mestrado, de teses de doutorado, inerentes a formação docente; identificar os resultados dos experimentos aplicados em salas de aulas com educandos com TEA, bem como, investigar as práticas pedagógicas aplicadas pelos docentes para acolher esses sujeitos. Sob esse olhar, compreender o ensinar não é a diar conhecimento, mas a possibilidade promover a autonomia e apoiar, no sentido

de o educando poder fundamentar o seu conhecimento (FREIRE, 2021).

Assim, para fundamentar a importância dessa pesquisa utilizamos uma Revisão Sistemática da Literatura, em que as instituições educacionais buscam o aprendizado fundamentados em formação de professores, bem como, o uso das metodologias inclusivas, buscando adotar as práticas pedagógicas por meio da inclusão, buscando ensinar educar e suas implicações na formação de professores, explanando experiência didática-pedagógica com metodologias ativas aplicada no ensino fundamental.

DESCORTINANDO A LEGALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – TEA

A inclusão de educandos com necessidades especiais, sobretudo os diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tornou-se um assunto debatido em grande escala, por sua relevância no contexto educacional hodierno. O TEA é uma condição complexa, qualificada por desafios na forma de comunicar, interação social e padrões limitados e recursivos de comportamento.

Diante o exposto, a inclusão ativa desses educandos nas escolas representa não apenas um desafio, entretanto, além disso, uma oportunidade para promover

ambientes educacionais mais diversificados, compreensível (BATISTA, et al. 2017).

Conforme Cunha (2019) as pesquisas relacionadas ao TEA foram feitas pelo psiquiatra especialista para atender crianças Kanner (1943). O pesquisador investigou onze crianças que apresentavam características semelhantes com a solidão, delongas na fala e que não se acordavam em nenhuma das classificações presentes na psiquiatria infantil, o autor verificou, a existência de uma nova síndrome que foi nomeada de distúrbio autístico do contato afetivo (CUNHA, 2019).

Nesse contexto, o século XIX, em determinados países começaram a desenvolver programas de educação especial, destinados a atender às necessidades específicas de crianças e jovens com deficiência. Não obstante, esses programas significavam, segregados e tendo como objetivo organizar os alunos para o trabalho ou para a vida autônoma (ROGALSKI, 2010).

Essa segregação cogita uma visão tradicional da deficiência como algo que extingue a capacidade da pessoa de participar da interação social. Dentro dessa dialética, a segregação dos programas de educação especial pode ser aspecto como uma forma de conservar as pessoas com deficiência à margem da sociedade. A

segregação atrapalhava a ascensão das pessoas com deficiência às conveniências educacionais, sociais e econômicas disponíveis para as pessoas sem deficiência.

Logo, na continuidade desses programas, em meado do século XX, a movimentação pelos direitos das pessoas com deficiência começou a exigir transformações no campo educacional. Em 1975, os Estados Unidos promulgaram a Lei de Educação para Pessoas com Deficiência (IDEA), que garantia o direito à educação pública a todas as crianças, involuntariamente de suas deficiências.

Assim, a falta de oportunidades de interação com outras crianças e adultos pode anular o desenvolvimento social das pessoas com deficiência. Elas podem ter enigma em desenvolver habilidades de comunicação, cooperação e resolução de problemas.

Diante desse mapa, nasce a educação inclusiva como uma abordagem mais atualizada que busca garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades educacionais que as pessoas sem deficiência. A educação inclusiva promove a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento absoluto das pessoas com deficiência.

Dentro dessa concepção, o aumento do movimento inclusivo como efeito de vários princípios, contendo o

desdobramento de um fenômeno que se diferenciou na pós-Segunda Guerra Mundial. Esses delineamentos históricos cogitam a evolução da Educação Especial ao longo do século XX e sua trajetória em comando à Educação Inclusiva, destacando a relevância do reconhecimento da diversidade e promover os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais (SANTOS, 2021).

Conforme Passos (2023) a Declaração de Salamanca é uma documentação internacional surgido na década de 1994 no decorrer da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada em Salamanca, na Espanha. Abordando como objetivo principal a conferência promover a educação inclusiva em todo o mundo. Essa ressalta a relevância de garantir o acesso à educação para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Como revela Franco; Gomes (2020), nessas perspectivas a educação inclusiva é relevante para exceder esses empecilhos e abonar as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de educação que as pessoas sem deficiência. A educação inclusiva requer a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência.

Destaca-se que a Declaração de Salamanca não é um acordo legitimamente vinculante, entretanto é um importante marco que motivou inúmeras políticas e práticas educacionais em todo o mundo, promovendo a inclusão e a diversidade nas escolas. Parte superior do formulário

Sob esse olhar, a educação inclusiva pode ser entendida como uma fórmula da modificação de intelectualidade sobre a deficiência. A ideia tradicional da deficiência tida como que incapacita a pessoa de interagir com a sociedade vem sendo provocada por uma visão, mais inclusiva, que distingue o direito das pessoas com deficiência à educação e interação desses sujeitos juntos a sociedade.

Barbosa, Fialho & Machado (2018) refletem sobre a educação inclusiva que pode ser vista como uma forma de promover a igualdade e a justiça social. A segregação das pessoas com deficiência em escolas especiais ou instituições especializadas amplia a ideia de que elas são desiguais e inferiores às pessoas sem deficiência. A educação inclusiva, por outro lado, promove o convívio e a influência mútua entre pessoas com e sem deficiência, o que pode colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Acrescenta os teóricos mencionados acima, a educação inclusiva pode ser entendida como mudanças social. Visto

que, a globalização e a modernização da sociedade têm levado à maior diversidade cultural e social. A educação inclusiva é uma forma de contrapor a essa diversidade, avalizando que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham acesso à educação.

MÉTODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo sistemática integrativa, que seguiu as seguintes etapas (ver Quadro 1): 1ª) Definição do tema, seleção da pergunta norteadora e escolha da estratégia de busca, descritores e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações; 2ª) Escolha dos critérios de inclusão e exclusão; 3ª) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumo, palavras-chave e título, bem como organização dos estudos pré-selecionados e identificação dos estudos selecionados; 4ª): Categorização dos estudos selecionados, com elaboração e uso da matriz de síntese, além de análise das informações, formação de uma biblioteca individual e avaliação crítica dos estudos selecionados; 5ª) análise, interpretação e discussão dos resultados; 6ª) Apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contemple propostas para estudos futuros (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011 ;

SCHMOELLER et al., 2011). O Quadro abaixo.

Quadro - 1 - Detalhamento das etapas da Revisão Sistemática Integrativa.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1 ^a	Tema	FORMAÇÃO DOCENTE, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO INCLUSIVO DE EDUCANDOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA		
	Pergunta norteadora	Quais estratégias podem ser trabalhadas em contexto de formação de professores que fomentem práticas pedagógicas e colaborem com a implementação de práticas inclusivas na escola?		
	Objetivo geral	Investigar os principais fundamentos da literatura pertinentes a formação continuada dos professores no contexto inclusivo de educandos com autismo.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de aspas nos politermos (descriptor com mais de um termo) para que a varredura de artigos científicos contemplasse o termo exato; 3. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 4. Uso de metadados (filtros) nas bibliotecas virtuais;		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descriptor	DeCS (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Formação de professores	1327	D001321
		Práticas inclusivas: autista	1327	D001321
	String de busca	Educação AND Práticas inclusivas		
	Bibliotecas Virtuais	Biblioteca	Link	
		BVS Wiley ScienceDirect Scopus Scielo Periódicos da CAPES	Scielo https://search.scielo.org/ Periódicos Capes https://www.periodicos.capes.gov.br/	

		PubMed	
2ª	Período de coleta dos dados	2017 e 2024.	
	Critérios de inclusão	3. Artigos (artigo científicos). 4. Publicação (2017 e 2024).	
	Critérios de exclusão	2. Artigos que não contemplam a temática	
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática integrativa a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).	
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.	
5ª	Análise, interpretação e discussão dos resultados	Ver em “Resultados e Discussão”	
6ª	Apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contemple propostas para estudos futuros	Este Artigo completo	

Fonte: elaborada pelos autores.

RESULTADOS

Quadro - 2 - – Total de documentos disponíveis nas Bibliotecas virtuais.

String de busca	Bases de dados	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática Integrativa
Educação AND práticas inclusivas	Scielo	96	58	?
Educação AND Autismo	Periódicos	1.738	17	?
	Capes			
	Total	1.834	75	

Fonte: elaborada pelos autores.

O corpo textual foi analisado por meio da frequência de palavras, que originou a nuvem de palavras (Figura 1) criada na Plataforma *online WordArt*. Esta

ferramenta agrupa e organiza graficamente as palavras-chave evidenciando-as as mais frequentes.

Quadro 3– Descrição dos documentos (artigos) de acordo com os critérios de inclusão.

Nº	AUTOR(A)	TEMA	DATA DE PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	ALVES, Denise Soares da Silva; AGUILAR, Luís Enrique	A Política nacional de educação especial na Perspectiva da educação inclusiva em Jundiaí: uma Análise do Processo de implementação	2018	A análise apontou que foi a mudança na gestão do NPPI, mais do que a própria mudança no quadro gestor do município, que ditou o padrão na política implementada. Por isso é necessário que cada grupo que esteve à frente do setor responsável pela Educação Inclusiva de Jundiaí trouxe o seu foco de atuação e deixou a sua marca na trajetória de implantação da educação inclusiva no município, apresentou os desenhos dos processos e os critérios que orientaram suas ações.

Fonte: elaborada pelos autores.

2	ARAÚJO, Marciano Vieira de. BARROS, Delma	FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ	2020	A formação atribui sentido e significado na aprendizagem do docente, ao mesmo tempo em que se altera o modo de ser/estar da educação na escola, (re) significando a concepção da área escolhida pelo professor perante os demais colegas, alunos e toda comunidade escolar. Também, nesse norte, salienta-se que tal contexto histórico, esse demonstra como atendeu a diversos papéis no sistema educacional.
3	BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charlton José dos Santos	Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional	2018	sob a perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil tem como imperativo ético, normativo e intelectual ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, especialmente daqueles grupos sociais historicamente excluídos da escola, como as pessoas com deficiência, através de uma abordagem humanística e democrática, que perceba o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.
4	WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANON, Regina Basso.	INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO: SENTIMENTOS E PRÁTICAS DOCENTES	2020	Com relação à prática pedagógica, foi verificado que o professor passa a aliar-se à aprendizagem dos alunos, facilitando assim o engajamento do aluno com TEA na rotina da turma e no seu desenvolvimento integral. Assim, no que se refere à inclusão escolar, constatou-se que, mesmo os alunos com TEA, foram acolhidos pelos seus professores e pelas suas turmas e que não foram demonstrados comportamentos indicativos de preconceito em relação a eles. Apesar de algumas dificuldades relatadas pelos docentes, o estudo evidenciou um contexto de inclusão realizável e possível, corroborando outras pesquisas realizadas com crianças com TEA.
5	CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena.	INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:	2019	Revelou-se a ausência de estudos que considerem a interação entre gestores, docentes e pais no processo de inclusão escolar, para promover as mudanças necessárias na escola. Espera-se que os estudos sobre inclusão permitam compartilhar a realidade escolar, as práticas e as experiências vivenciadas neste contexto com os órgãos

		UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA		governamentais, com vistas a incentivá-los a fomentar mais pesquisas nessa área.
6	BEZERRA, Giovani Ferreira	A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeito	2020	Colabora com a manutenção dessa realidade as imprecisões da legislação brasileira e das sugestões da PNEEPEI sobre o tema. Não se trata, de negar a importância do profissional de apoio, de que trabalho empírico precisa continuar a ser pesquisado, mas de se esclarecer que este não pode ser entendido pelas redes públicas de ensino como substituto mais “econômico” dos docentes especializados. Ambos são suportes indispensáveis à classe comum inclusiva, mas com suas atinentes colocações, as quais se concluem em processos de colaboração entre toda a comunidade escolar.
7	VASCONC ELLOS, S.P.; RAHME, M.M.F.; GONÇALV ES, T.G. G.L.	Transtorno do Espectro Autista e Práticas Educativas na Educação Profissional	2020	Conclui-se que as práticas pedagógicas seguidas com um estudante com TEA no ETI, apontou para intervenções que se apareceram ativas no estudo de caso investigado. O trabalho corrobora sobre avanços na aprendizagem de pessoas com autismo a partir da prática de metodologias de ensino não tradicionais, quando propiciam condições apropriadas às características desses sujeitos. Os resultados deste estudo indicam, ainda, que adaptações na temporalidade dos currículos e dos planos de ensino, a adoção de procedimentos didáticos diversificados, que articulem a teoria com situações práticas e empreguem uma linguagem objetiva podem tornar o processo educativo mais compreensível aos jovens com autismo.

Figura 1 - Nuvem de palavras



Fonte: elaborada pelos autores.

Por meio da Figura 1, foi possível observar que as palavras em evidência na nuvem pertencem as categorias desenvolvidas a partir da análise de conteúdo de Bardin. Todas as categorias derivam da sua frequência (Tabela 1), que diz respeito ao seu quadro referencial. Em consonância ao objetivo deste trabalho,

optou-se por descrever as palavras que apresentaram frequência total no texto e, a partir de seus sentidos nos campos textuais, tinham maior relevância para as representações sociais sobre a formação de professores e inclusão de autistas, como apresentado na Figura1, acima.

Tabela 1. Frequência das palavras presentes nos textos publicados nas Plataformas.

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Formação	20	FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Educação especial	20	
Docente	19	
Didática	15	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
Aprendizagem	14	
Práticas	13	
Inclusão	11	INCLUSÃO EDUCANDOS AUTISTAS
Autista	10	
Educando	10	

Fonte: elaborada pelos autores.

DISCUSSÕES

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVA

A educação inclusiva, é orientada pela Política Nacional de Educação Especial no aspecto da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), sendo compreendida como um programa que resguarda o “[...] direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 01). Para além disso, tal política tenta incluir o transversal a todas as modalidades e níveis de ensino, advindo a fazer parte do coletivo escolar.

No argumento das políticas públicas brasileiras característicos acerca do autismo, compete destacar a Lei Berenice Piana n.º 12.764/2012, aprovada pela presidenta da República Dilma Rousseff, que estabeleceu a Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Constituiu a partir dessa lei que a pessoa com transtorno do espectro autista adveio a ser respeitada pessoa com deficiência para todos os fins legais, asseverando a elas todos os direitos constitucionais afiançados por leis específicas.

Um exemplo notório dos direitos assegurados está presente na Lei Berenice Piana n.º 12.764/2012 no artigo 3.º, parágrafo único, o qual garante em casos de

confirmada da necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista, contida nas classes comuns de ensino, terá direito a acompanhante especializado, se comprovada a necessidade.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA DIRECIONADAS AOS EDUCADOS AUTISTAS

O ensino de Matemática para alunos autistas é exibido, por meio de alguns aspectos notáveis em pesquisas realizadas por autores brasileiros dedicados a temática. É garantido a todos os alunos o direito à educação, preferencialmente na Rede Regular de ensino, partilhados com todos os outros educandos, sem distinção. Nesse sentido, já temos estudos discutindo aspectos acerca dessa inclusão, designadamente de autistas nas aulas de Matemática.

Procurando alcançar uma aprendizagem por meio da interação, com o manuseio de materiais, entre outros recursos, as pesquisas destacam-se, no ensino e na aprendizagem de Matemática para alunos autistas, o papel do uso de recursos tecnológicos e a diversificação de estratégias metodológicas.

Cordeiro, Resende e Thiengo (2017) em seus estudos ressaltaram a aprendizagem de autistas por meio da interação, da manipulação de materiais,

dentre outros recursos pedagógicos. Sob a ótica de Frizzarini e Cargnin (2019) o uso de materiais manuseáveis mostra-se ativo, fazendo com que o aluno consiga distinguir melhor as relações almejadas.

Já Souza (2019) ressaltou que o uso das tecnologias, aliado ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e a intermédio docente, pode favorecer a prática de ações pedagógicas inclusivas, de modo que as singularidades do estudante autista não sejam motivos de sua exclusão no ambiente escolar.

Sobre às práticas inclusivas, Fleira e Fernandes (2019) revelaram em suas pesquisas que a experiência da inclusão do aluno autista por elas investigado no âmbito escolar permitiu uma vivência enriquecedora, não tão-somente para o aluno com TEA, que, de acordo com descrito das autoras, sentiu-se incumbir-se naquele grupo, mas para os demais alunos da sala.

A inserção inclusiva da pessoa com autismo na sociedade, na escola e no local de trabalho são visões basilares para promover uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora. O autismo é um transtorno de neurodesenvolvimento que diz respeito à convívio, interação social e comportamento, e seu entendimento e facilidade são categóricas para criar ambientes que respeitem e apreciem a

diversidade (OLIVEIRA, 2020).

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou investigar os basilares fundamentos da literatura relacionados a formação continuada dos docentes no contexto inclusivo de educandos com autismo. Entender as práticas pedagógicas trabalhadas em contexto de formação de professores que fomentem e colaborem com a implementação de práticas inclusivas.

Esta investigação buscou estudar, o cenário educacional contemporâneo, a busca por uma educação inclusiva tem se tornado uma pauta central. Nesse contexto, a atuação de investigadores e educadores que se dedicam a entender e potencializar as práticas inclusivas de alunos com TEA, cujos escritos e contribuições têm sido fundamentais para a promover a inclusão de crianças com deficiências e para o fortalecimento de práticas inclusivas de educação no Brasil.

O docente que atua com a Educação Especial Inclusiva tem o compromisso em designar ambientes de aprendizado mais abertos e ativos para crianças com autismo, destacando uma abordagem multidisciplinar, que envolve tanto a teoria quanto a prática, e por sua compreensão da inclusão como uma ferramenta poderosa para o convívio social e a autonomia desses

sujeitos desejosos de estarem inseridos nesse contexto inclusivo.

O ponto central da Educação Especial Inclusiva é a relevância de reconhecer as habilidades individuais das crianças com TEA, em vez de focalizar apenas em suas limitações. Comprovando que a diversidade de necessidades e potencial das crianças com deficiências requer abordagens pedagógicas diferenciadas e flexíveis, que levam em conta o ritmo de aprendizado de cada criança.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise Soares da Silva; AGUILAR, Luis Enrique. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em Jundiá: uma análise do processo de implementação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 373-388, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/zbWyST4xGnXs8HSrPb3CBnS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ARAÚJO, Marciano Vieira de. BARROS, Delma. Formação de professores, currículo e práticas pedagógicas no município de Aquiraz. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 05, Vol. 06,

pp. 56-201. Maio de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/praticas-pedagogicas>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. *Actualidades Investigativas en Educación*, v. 18, n. 2, p. 598-618, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-47032018000200598>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BATISTA, Ana Laura; FLOR, Tatyane Couto; SILVEIRA, Ricardo Wagner Machado da. Saberes e Práticas do Acompanhamento Terapêutico com Crianças:: uma revisão bibliográfica. **Revista da Abordagem Gestáltica**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 55-62, jan. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100007>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação

Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-

2022/2020/decreto/D10502impessao.htm#art1>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/LwWNFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, p. 673-688, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1144048>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FLEIRA, Roberta Caetano; FERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali. Bolema, Rio Claro (SP), v. 33, n. 64, p. 811-831, ago.

2019 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bolema/a/6kJT5LSgz78QyLykbTXgNmR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-124-7. Available from SciELO Books. <https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2024.